

A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA): ESTUDO DE CASO DA FACULDADE PARTICULAR DELTA EM GOIÂNIA-GOIÁS DO ANO DE 2008-2013 COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Daniele Lopes Oliveira

RESUMO: O estudo buscou analisar alguns aspectos da política de avaliação para a educação superior formulada pelo MEC (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO), tomando como objeto de estudo a legislação da CPA (COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO), a sua formulação dentro das instituições particulares de ensino superior. Inicialmente foram abordadas as concepções de avaliação vigentes no Brasil, e situada à avaliação institucional no contexto do SINAES (SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR), foi realizada uma análise da composição e da organização da CPA discutindo-se o papel por ela desempenhado. Inicialmente foi realizada a pesquisa bibliográfica por todas as fontes (lei, doutrinas, livros, fonte infométrica e demais) a fim de buscar todas as informações necessárias para fundamentação teórica do assunto abordado. Posteriormente foi realizada a pesquisa analítica descritiva sobre os dados observados e tabulados pelos questionários aplicados pela CPA do ano de 2008 ao ano de 2013 na Faculdade Delta em Goiânia no Estado de Goiás.

Palavras-chave: SINAES, CONAES, INEP, Processos Institucionais e Avaliação.

INTRODUÇÃO

As transformações na nova organização social com arranjos no quadro geopolítico e econômico afetam a organização do trabalho e o papel do Estado. A partir de 1970 ocorreu o deslocamento da educação superior para o centro dos debates e da formulação de políticas para o desenvolvimento econômico e social. O papel ocupado por essa educação na sociedade hodierna, tem em vista sua relação com o mercado; sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico; seu modelo de produção de conhecimento fundado na pesquisa em grandes laboratórios e que demanda fortes investimentos estatais, em contraposição à perspectiva neoliberal do Estado Mínimo; a qualidade da oferta do seu ensino são alguns dos temas desse debate. A partir de 1960 com a expansão de matrículas nos sistemas de ensino superior resultou, a disseminação de instituições que atuam em condições inadequadas de infraestrutura e recursos e cujos projetos curriculares nem sempre atendem às questões apresentadas pelo processo acelerado de produção e difusão do conhecimento (GARIBA JUNIOR, 2005).

Nessas circunstâncias, a busca por programas e/ou sistemas avaliativos capazes de mensurar o trabalho e a eficácia das instituições de ensino passam a ocupar o

foco das ações. No Brasil, o modo desordenado como se deu a expansão no final do século XX, chamou a atenção de gestores e formuladores de políticas para a necessidade da aplicação de instrumentos de avaliação, destinados a assegurar níveis de qualidade capazes de corresponder às demandas de formação profissional e de atender a critérios científicos e acadêmicos reconhecidos internacionalmente. Nesse contexto, vão se confrontar duas concepções de avaliação, uma quantitativa, enfatizando a mensuração de desempenhos e resultados, com o estabelecimento de uma hierarquia entre as IES e voltada principalmente para a supervisão do funcionamento institucional e outra de base qualitativa configurada na CPA (GOMES, 2001).

A avaliação pois faz parte do “Sistema de Avaliação do Ensino Superior”, implementado principalmente a partir de 1995, e que incluiu ações de avaliação como:

- a) Avaliação dos principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de educação superior, por região e unidade da federação (INEP);
- b) Provão (Exame Nacional de Cursos - ENADE);
- c) Análise das condições de oferta dos cursos superiores (Avaliação in loco);
- d) Avaliações para o reconhecimento dos cursos superiores;
- e) Avaliações da Pós-Graduação;
- f) Avaliação Institucional: que trata do desempenho individual da Instituição de Educação Superior (IES).

Assim, a avaliação institucional, não tem um valor em si mesma, não é um fim institucional. Ela é apenas um meio, a serviço do Planejamento da Instituição, por isso, identifica dimensões e indicadores em que o desempenho da Universidade/Faculdade em questão é considerado satisfatório ou não. Através de uma Avaliação Institucional contínua, global e formativa, existe a possibilidade da Instituição adensar as suas relações sociais e pedagógicas. Esse processo de forte sentido formativo pode contribuir continuamente para a melhor definição dos papéis e dos compromissos dos indivíduos na intrincada malha de relações sociais.

Assim a CPA foi instituída pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, visando suprir os anseios da política nacional e da sociedade, obedecendo ao que constituiu os marcos regulatórios e os métodos para a avaliação da educação superior no Brasil. Para o desenvolvimento do tema alguns questionamentos foram realizados. Será que a IES particular pode exigir o estabelecimento de tipos distintos de demandas do papel da comissão. É possível esperar homogeneidade de uma comissão que atua em campos tão diversificados. Em que medida a responsabilidade pela condução de um processo

avaliativo numa faculdade, que se pretende venha a ser permanente, pode ser atribuída a uma comissão que não mantém nenhuma ligação direta com a administração central dessa IES. É possível que, pelo fato de a CPA ocupar um lugar específico na estrutura administrativa de uma IES, ela venha a ter sua autonomia comprometida. A ligação dessa comissão à administração central da instituição de ensino superior resultaria também na perda do caráter acadêmico que se deseja caracterize sua atuação. Como funciona atualmente a CPA na Faculdade Delta. Como órgão suplementar e de assessoria e qual o seu grau de interação com os demais órgãos da hierarquia institucional. Os dados levantados pela CPA servem de subsídio a tomada das decisões da administração da IES. A CPA realmente contribui para o desenvolvimento das atividades da IES. Qual o grau de confiabilidade que a CPA possui junto aos discentes, coordenadores, técnico-administrativos, comunidade e demais departamentos da instituição.

O objetivo é analisar alguns aspectos da política de avaliação para a educação superior formulada pelo MEC (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO), tomando como objeto de estudo a legislação da CPA, a sua formulação dentro das instituições particulares de ensino superior. Ponderando sobre a avaliação institucional nas faculdades particulares, considerando suas possibilidades como mecanismo para a formulação de políticas visando o aprimoramento da gestão dessas IES (INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR).

O foco da análise será dirigido para a CPA (COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO), instância responsável, por lei, pela condução desse processo, considerando os dados relativos à sua composição e à sua inserção na estrutura dessas instituições. Com esses procedimentos pretende-se avaliar o significado, para as faculdades particulares, desse modelo de realização da atividade de avaliação, que tem a Comissão Própria de Avaliação como instrumento.

Inicialmente serão abordadas brevemente as concepções de avaliação vigentes no Brasil, e situada à avaliação institucional no contexto do SINAES (SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR), considerações a que se seguirão a análise da composição e da localização das CPA(s) no conjunto das IES, discutindo-se o papel por elas desempenhado. Tem ainda a preocupação de estudar as características e os objetivos metodológicos da política de avaliação para o ensino superior. O presente trabalho quer apresentar o contexto de formulação e implementação e o papel desempenhado pelas principais atores envolvidos na avaliação.

Pretende estudar e analisar os documentos que regulam o funcionamento das Comissões Próprias de Avaliação (CPA). Examinar os procedimentos adotados para estabelecer a composição das CPA(s). Questionar as metodologias e dos instrumentos propostos e utilizados para realizar a autoavaliação bem como os relatórios dela resultantes. Busca ainda estudar a relação estratégica da avaliação e a lógica da regulamentação estatal.

1. O SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que dentre as diversas atividades, estabelece um mecanismo contínuo de avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES) do país. Em cumprimento à referida lei e de acordo com os anseios da comunidade acadêmica as Faculdades Particulares de Goiânia-Goiás tem participado do processo de avaliação por meio das Comissões Próprias de Avaliação (CPA) organizadas e geridas dentro das Instituições de Ensino Superior elaboradas sob a responsabilidade das mesmas buscando um Ensino Superior Inovador e de qualidade, que permita a inclusão social, sintonizado com as necessidades de desenvolvimento sócio econômico sustentável regionalmente, no sentido de obedecer à política pública. Este procedimento tem como objetivo um monitoramento contínuo das atividades da instituição e um caráter tanto informativo quanto aplicado ao redirecionamento das ações das Faculdades Particulares de Goiânia-Goiás. Os dados gerados também servirão de fonte (em análise de série histórica) de informação para elaboração dos relatórios de avaliação institucional. A fonte principal de informação ser o Censo da Educação Superior, um banco de dados sobre a Faculdade Delta, que será mantido pelo INEP (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA), e que tem atualização anual. Outras informações necessárias à avaliação, não constantes no referido banco de dados, serão fornecidas pela CPA das Faculdades Particulares de Goiânia-Goiás.

A partir dos dados e informações obtidos na execução das avaliações internas das Faculdades, serão construídas análises de inferência para dez diferentes dimensões, que representam vários traços ou características dos aspectos institucionais. Cada dimensão é separada em categorias de análise, que serão caracterizadas por um grupo de indicadores adequado. Dentro das dez dimensões estipuladas pela lei:

- **Primeira Dimensão:** A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para essa análise do PDI serão considerados: O nível de congruência entre aos princípios estabelecidos pelo PDI e a realidade institucional. A articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), considerando as ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica. O grau de conhecimento e apropriação da comunidade acadêmica quando ao PDI, mensurado pelos questionários pertinentes e o perfil esperado no PDI para os ingressantes e egressos da instituição.
- **Segunda Dimensão:** A política Para o Ensino, Pesquisa, Extensão e as Respectivas Normas de Operacionalização, esta dimensão é dividida em quatro itens, sendo ensino de graduação, ensino de pós-graduação, pesquisa e extensão. No ensino de graduação deve-se analisar exaustivamente a crítica do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), para os três cursos de graduação da Faculdade Delta verificando a articulação entre os mesmo. Avaliar a relação dos PPCs da Faculdade Delta com as diretrizes nacionais para cada curso de graduação. Avaliar a sistemática vigente de acompanhamento da qualidade dos cursos de graduação, através das análises geradas e a comparação das mesmas com percepção obtida pela consulta à comunidade por meio dos questionários. No ensino de pós-graduação serão consideradas as diferentes modalidades de pós-graduação desenvolvidas pela Faculdade. Bem como políticas de abertura de novos cursos e sistemática de avaliação da qualidade dos cursos implantados. O impacto das atividades como forma de educação continuada para egressos da Faculdade. A evolução da produção científica por docente, com análise dos seguintes indicadores: publicação periódica/docente; número de alunos orientados na fase do estágio, número de eventos com participação de docentes/número de docentes, número de publicação/docente. No ensino de extensão será realizada a análise de concepção e articulação do PDI com o plano de metas da Faculdade. Ações de integração da extensão com o ensino e a pesquisa: serão analisados alguns indicadores como o número de alunos participando em projetos registrados/ano, a política de bolsas de extensão, a validação de atividades de extensão como carga horária para integralização curricular, a evolução do numero de projetos de extensão, o número de certificados de atividades de extensão por docentes/ano, dentre outros. Caracterização da inserção social das atividades de extensão. Verificação das ações de extensão onde é possível mensurar ou estimar o publico alvo atingido.

- **Terceira Dimensão:** A Responsabilidade Social da Instituição a caracterização dessa dimensão será feita por uma descrição das atividades pertinentes realizadas pela Faculdade.
- **Quarta Dimensão:** A Comunicação Com a Sociedade nesse item será avaliado todo o sistema de comunicação, rádio, jornais e a página na internet. Análise de percepção da sociedade local quanto às atividades desenvolvidas por meio de aplicação de questionário específico.
- **Quinta Dimensão:** As Políticas de Pessoal, Plano de Carreiras do Corpo Docente e Corpo Técnico-Administrativo. Avaliação constante do plano de cargos e salários da Faculdade. Ações desenvolvidas para a requalificação profissional de docentes e técnico-administrativos. Serão analisadas tais ações, bem como a proporção de servidores beneficiados, comparativamente. Alguns indicadores já estabelecidos, como o índice de qualificação do corpo docente (IQCD), serão utilizados. Avaliação do grau de satisfação dos funcionários quanto às condições materiais e de relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho por meio de questionário.
- **Sexta Dimensão:** Organização e Gestão da Instituição, Especialmente o Funcionamento e Representatividade dos Colegiados. Na instituição todos os órgãos administrativos e colegiados são previstos em regimento, com suas respectivas atribuições e normas estabelecidas. Nessa dimensão serão analisados apenas os aspectos de estruturação e difusão da informação gerada ao longo do processo administrativo. Descrição e análise de forma de composição dos colegiados da Faculdade. Avaliação dos sistemas de informação utilizados para o armazenamento e processamento dos dados administrativos e operacionais da instituição e análise da difusão de informações e decisões dos órgãos administrativos e colegiados para a comunidade acadêmica.
- **Sétima Dimensão:** Infraestrutura Física, de Ensino, Pesquisa, Biblioteca, Recursos de Informação e Comunidade será realizado o levantamento de toda a área existente nos departamentos, separadas por natureza de utilização (sala de aula, sala de docente, laboratório, auditório, área de convivência, biblioteca, salas de estudo etc.). Análise da estrutura física da biblioteca, expansão do acervo nos últimos cinco anos e políticas institucionais para a expansão, acessam a sistemas informatizados de acesso a biblioteca. Aumento do numero de funcionários e programas de treinamento para uma adequada prestação de serviço. Disponibilidade de acesso à Internet e aplicação de questionários à comunidade acadêmica abordando a adequação de infraestrutura, com ênfase aos serviços de biblioteca e acesso a internet.

▪ **Oitava Dimensão:** Planejamento e Avaliação, em Relação aos Processos, Resultados e Eficácia da Autoavaliação Institucional essa dimensão será considerada como um processo de meta-avaliação, que possibilitará uma análise crítica dos instrumentos desenvolvidos para a avaliação e os resultados alcançados. Os itens e formas de avaliação serão: Relatório final de avaliação institucional descrevendo toda a sistemática de avaliação, a participação dos segmentos da comunidade acadêmica no processo, os recursos financeiros, materiais e humanos disponibilizados pela Faculdade. Aplicação de questionário à comunidade acadêmica, a ser elaborado à época, abordando aspectos diversos da avaliação institucional, de modo a estabelecer a percepção dessa comunidade sobre o processo. Participação de todos os membros da CPA em grupo de enfoque, aplicados por consultores externos à comissão para elaboração de uma avaliação qualitativa da forma de trabalho da própria comissão.

▪ **Nona Dimensão:** Políticas de Atendimento a Estudantes e Egressos. Estudantes: Análise dos dados evolutivos dos alunos de graduação. Avaliação dos dados do perfil educacional do ingressante. Análise do perfil socioeconômico dos ingressantes no processo seletivo, determinado por questionário aplicado aos mesmos. Avaliação da evolução anual do número de bolsas de fomento aos alunos de graduação como bolsas de extensão, bolsas de trabalho e bolsas de monitoria de graduação. Descrição e avaliação das políticas e programas de assistência aos estudantes em todas as modalidades. Verificação, nos PPCs, das medidas de acompanhamento do rendimento dos alunos de graduação. Egressos: Avaliação das políticas de acompanhamento de egressos vigentes na instituição. Disponibilizado na Internet e, alternativamente, enviado pelo correio, um questionário de avaliação, com aplicação repetida a cada ciclo de avaliação. A ferramenta computacional a ser desenvolvida indicará, a cada cinco anos, a necessidade de um novo preenchimento do instrumento de avaliação por parte o egresso.

▪ **Décima Dimensão:** Sustentabilidade Financeira para a avaliação dessa dimensão serão, utilizados os relatórios anuais que apontará a captação e destino de toda a verba recebida pela instituição, a cada ano. Os dados evolutivos dos recursos disponibilizados serão comparados com as necessidades atuais da instituição e com a expansão prevista no PDI.

Dias Sobrinho (2000) afirma que esse sistema busca uma avaliação contínua de dupla finalidade uma de base quantitativa e a outra, de base qualitativa, buscando

compreender e atribuir significados aos processos e atividades acadêmicas, e identificar formas para superar fragilidades e desenvolver potencialidades.

O debate e a prática da avaliação institucional se instalaram divididos entre essas duas perspectivas, tendo como vetores a responsabilidade das instituições de ensino superior na prestação de contas à sociedade e a orientação para o aperfeiçoamento permanente no cumprimento de suas funções. Assistiu-se, de um lado, ao predomínio do controle da qualidade referenciado pelo desempenho e eficiência do sistema de educação superior e, de outro, pelo exercício da avaliação como prática construída coletivamente e orientada para a produção da qualidade, a melhoria institucional e a formação dos agentes da educação superior. Essas perspectivas distintas se sustentam por concepções também dissimiles acerca do papel da educação superior, como partes de um conflito de posições políticas. Nesse conflito, a busca de hegemonia e de produção de resultados ultrapassa a área da avaliação propriamente dita, sendo mais que uma simples confrontação teórica ou meramente acadêmica de grupos em disputa pela hegemonia de uma semântica (CUNHA, 1997, p. 20-49).

A CPA é uma importante questão política, que tem interesse público, porque produz fortes e substantivas implicações no sistema educativo e, portanto, na sociedade. Essa contraposição de concepções caracteriza a avaliação da educação superior como campo político, um lugar em que se geram, na concorrência entre agentes produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’ devem escolher. Esse confronto se concretiza na educação superior brasileira em dois momentos principais.

Na vigência da Lei nº. 9.131, de 24 de novembro de 1995 da legislação posterior, a ênfase da avaliação, centrada na dimensão do ensino, recaía nos resultados focalizando produtividade, eficiência, prestação de contas, e controle do desempenho frente a um padrão estabelecido. O conceito de avaliação foi reduzido, desse modo, às dimensões de supervisão e controle, com base em um processo externo de verificação, desenvolvidos sem articulação com os processos institucionais internos.

Seguiu-se a aprovação da Lei nº. 10.861 que instituiu o SINAES, em 2004, e que representou um ponto de inflexão na política de avaliação da educação superior brasileira. Seu objetivo era a construção de um sistema nacional de avaliação da educação superior que articulasse a regulação e a avaliação educativa, esta última mais formativa e voltada para a atribuição de juízos de valor e mérito, tendo em vista o

incremento da qualidade e as capacidades de emancipação. O fato de não ser a avaliação institucional uma área de conhecimentos e de ações práticas consolidada, contribuiu para que ela tenha se constituído como um campo de contendas e em intensa disputa. Nessa perspectiva, a avaliação institucional não seria um fim em si mesmo, mas parte de um conjunto de políticas públicas da educação superior voltadas para a expansão do sistema por meio da democratização do acesso, e para uma qualificação que é parte de um processo mais amplo de revalorização da educação superior, dentro de um projeto de desenvolvimento da nação (SINAES, 2007, p. 24-27).

Para atingir um maior grau de realização da responsabilidade social e científica das instituições e da educação superior, esse sistema busca “incorporar aos processos avaliativos todos os agentes, todas as dimensões e instâncias das instituições, respeitados os papéis específicos dos participantes, a identidade e a missão de cada uma delas” (SINAES, 2007, p. 98). Enquanto política educacional, a avaliação dos resultados da aplicação dessa lei ainda precisa ser objeto de uma análise aprofundada, o que escapa aos propósitos desse artigo. Não deixa de chamar a atenção, no entanto, a ênfase que a supervisão e a regulação têm recebido dos organismos responsáveis em período recente. Manifestações diversas e em diferentes oportunidades têm ocorrido como reação a esta tendência, sem ainda uma sinalização concreta de alteração. A permanência dessa orientação pode comprometer o alcance dos objetivos que foram propostos quando foi formulada a política em questão, e merece ser considerada de modo mais acurado no debate e gestão do tema. A avaliação institucional é o processo que envolve o esforço da instituição em se conhecer e ser conhecida por outros setores da sociedade e que, articulada ao planejamento, tem grande potencial para contribuir na gestão estratégica.

Para a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), a avaliação da instituição é aquela que visa a IES como uma totalidade integrada, buscando identificar o grau de coerência que há entre sua missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas. A ênfase na autoavaliação e na sua prática educativa tem por objetivo gerar nos membros da comunidade acadêmica a autoconsciência de sua qualidade, de seus problemas e de desafios, por meio de mecanismos institucionalizados e participativos de realização (MEC/CONAES, 2004). Por essa razão, a CONAES entende que a CPA deve ser realizada como um processo cíclico, criativo e renovador de análise e síntese das dimensões da IES, permitindo a reanálise das prioridades estabelecidas no projeto político institucional e o engajamento da comunidade acadêmica na construção de novas alternativas e práticas. Na medida em

que se torna uma atividade permanente, e pode ser instrumento de construção e/ou consolidação de uma cultura de avaliação, com a qual a comunidade interna se identifique e se comprometa. Conforme regula a legislação do SINAES, as instituições deveriam constituir CPA, responsável pela condução dos processos internos de avaliação e pela sistematização e prestação de informações aos órgãos do sistema.

2. A DISCUSSÃO SOBRE O SISTEMA AVALIATIVO

No final de 1980 o ensino superior brasileiro, após longo período de estagnação, começou a demonstrar certo aquecimento com o aumento de matrículas em instituições privadas, acelerando nos últimos anos a busca de formação para o mercado de trabalho. Com isso houve um significativo aumento de vagas nos cursos superiores, e a classe empresária viu nesse novo ramo de mercado um ótimo viés de exploração econômica (SOUZA, 1996).

A rede pública especialmente as instituições federais cresciam a um ritmo muito lento oferecendo a mesma quantidade de vagas durante anos, enquanto a demanda por vagas crescia rapidamente. A retomada da expansão do ensino superior precisava de novos rumos, pois a tradição da educação superior brasileira não é universalista e possui fortes traços elitistas. Sobrinho (1995) assevera que:

Se o fenômeno da elitização, no início, se identificava pelo reduzido número de instituições e de vagas, a evolução do sistema, decorrente da dinâmica social e do aumento das possibilidades de acesso da população às oportunidades educacionais mais avançadas, introduziu, paulatinamente, novos mecanismos de discriminação e de distinção social.

O surgimento de inúmeras novas faculdades trouxe uma nova necessidade de “qualificar” e “avaliar” as novas instituições e a qualidade dos cursos em funcionamento, devendo as instituições seguir uma série de requisitos legais e acadêmico-científicos sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Essa tendência determina a necessidade das instituições perseguirem padrões acadêmicos mais elevados e desenvolver estratégias adequadas. Sendo necessário um corpo docente mais qualificado e recursos materiais suficientes, colocando em funcionamento propostas acadêmicas consistentes.

A política educacional desenvolvida a partir de 1995, através de determinadas medidas, criou condições favoráveis para a diversificação institucional e estabeleceu mecanismos capazes de orientar um novo processo de expansão pautado pela qualidade. No entanto, houve uma falha na formulação que levasse em conta as desigualdades

regionais existentes no ensino superior, bem como ações para a qualificação dos docentes (LEITE, 2005).

Um dos pontos de partida para colocar em prática uma política voltada ao conjunto do sistema é o reconhecimento de que ele não é apenas desigual na qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão oferecida pelas diferentes instituições. Ele também é um sistema multifacetado composto por instituições públicas e privadas, com diferentes formatos organizacionais e, especialmente, múltiplos papéis e funções locais e regionais, de abrangência nacional e internacional. A tentativa de enquadrar toda essa pluralidade num modelo único sufocou o nosso sistema, impedindo experiências inovadoras capazes de aproximar essas instituições do seu contexto social (RISTOFF, 1995, p. 37).

Rothen e Schulz (2007) afirmam que a questão da qualidade surge como um problema socialmente significativo quando os resultados deixam de corresponder às expectativas dos grupos.

No Brasil, como no restante da América Latina, as universidades foram sempre avaliadas pelos seus estudantes, professores e governos, em termos de sua relativa democratização para dentro e para fora (SAVIANI, 2000). É importante assinalar, antes de tudo, que a introdução da temática da avaliação no contexto do ensino superior é algo bastante novo no contexto europeu e latinoamericano, ainda que tenha uma tradição mais antiga no ambiente norte-americano. Em ambos os contextos, a introdução da avaliação tende a alterar as divisões tradicionais de poder.

No entanto existe algo de positivo a ser ressaltado em relação à avaliação, é que uma parte importante e essencial deste processo de avaliação é a discussão e a identificação das diferentes orientações, propósitos e objetivos das diversas instituições, setores e grupos que fazem parte deste complexo.

A avaliação institucional qualifica-se como construção coletiva de conhecimentos geradores de reflexões indutoras da melhoria da qualidade das atividades pedagógicas, científicas, administrativas e de relações sociais estabelecidas no interior da universidade e nas suas vinculações com a sociedade (DURHAM, 1996).

É um processo pelo qual a Instituição busca verificar se o resultado do seu trabalho está de acordo com seu propósito projetado e com o que dela se espera. Trata-se de um exercício permanente de reflexão, diagnóstico e proposição de ações, que deve reunir pontos de vistas de toda a comunidade acadêmica e do público externo. Conforme expõem Belloni, Magalhães e Souza (2001):

A avaliação institucional deve buscar uma compreensão da realidade (avaliação iluminativa); deve estar voltada para o processo decisório (avaliação voltada para tomada de decisão); deve responder a

questionamentos (avaliação responsiva); pode possibilitar a identificação do mérito ou valor (avaliação de mérito). Sem dúvida, beneficia-se das principais proposições da avaliação participativa, em especial seus objetivos e ênfase na participação dos sujeitos integrantes da instituição ou política a ser avaliada (p. 21). □

Embora esteja imbuída de subjetivismos, ela pode trazer sim à tona informações primorosas sobre o contexto das relações educativas e servir de instrumento de orientação para a escolha das melhores práticas de ensino, para a elaboração e formação de um projeto pedagógico. Para ressignificar a aprendizagem.

Dias Sobrinho (1994) destaca que essa avaliação deve comportar duas dimensões. Uma é interna, basicamente autoavaliação, feita no departamento e outros órgãos oficiais de estrutura universitária, pelos pares, pelos professores, estudantes e usuários. A segunda dimensão é externa e envolve a participação da comunidade científica, de órgãos governamentais, de membros de entidades da sociedade civil, de setores representativos da sociedade. O processo de avaliação externa, independentemente de sua abordagem, orienta-se por uma visão multidimensional, que busca integrar sua natureza formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade. Evidentemente, a avaliação externa depende muito da eficiência e da qualidade do processo da avaliação interna, seja do ponto de vista do levantamento completo do conjunto de atividades, seja da perspectiva de análise qualitativa e da interpretação desses elementos. Assim, segundo Balzan e Dias Sobrinho (2000):

A avaliação é uma categoria imprescindível dessa produção contínua. A instituição precisa saber, de forma permanente e integrada, quais são os valores dominantes nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e nas suas práticas administrativas [...] Deve ser uma atividade sistemática e permanente que resulte em uma compreensão global e integrada, produza conhecimentos sobre as diversas estruturas acadêmicas e institucionais, seja um processo enriquecedor da vida comunitária, instaurando-se como instrumento de melhoria da qualidade de todos os aspectos e setores científicos, pedagógicos, políticos e administrativos.

Detalhando mais a proposta avaliativa, caracteriza-se que a avaliação é um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social.

Para tanto, sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, desvenda formas de organização, administração e ação, identifica pontos fracos, bem como pontos fortes e potencialidades, e estabelece estratégias de superação de problemas.

Para Dias Sobrinho (1994) a avaliação é um processo que exige a honestidade de não se ocultar os resultados desfavoráveis da análise. A avaliação não deve ser instrumento do corporativismo nem processo de ocultação da mediocridade, simulação de ações equivocadas ou autojustificação.

Assim após o respaldo teórico nos deteremos ao estudo de caso da Faculdade Delta que é uma instituição particular a fim de analisar como ocorre essa avaliação e quais suas principais contribuições e problematizações referentes a avaliação interna realizada pela CPA.

3. ESTUDO DE CASO DA FACULDADE DELTA

O Centro Tecnológico Delta Ltda. constitui-se em uma Instituição de Ensino Superior, de caráter privado, desde outubro de 2009, no município de Goiânia, com o objetivo de elevar o nível cultural e profissional da região, ministrando o ensino superior em seus variados níveis do conhecimento e investindo em pesquisa e extensão. Seu projeto educacional conta com o apoio do Colégio Delta, que atua há 25 anos em Goiânia no Ensino Fundamental e Médio. A Faculdade está localizada no Estado de Goiás, na região Centro-Oeste do país, ocupa uma área de 340.086 km². É o 7º estado do país em extensão territorial. Existem 246 municípios no Estado de Goiás. Goiânia, localizada na região do centro-oeste goiano, é a capital do Estado com uma população de 1.256.514 habitantes (Censo de 2010), sendo o 12º município mais populoso do Brasil. Em relação aos aspectos econômicos, possui 53.286 empresas atuantes (CENSO, 2010), mais de 5.000 estabelecimentos industriais, predominando frigoríficos e laticínios e aproximadamente 15.000 estabelecimentos varejistas, além dos investimentos na pecuária, que conta com 428 (IBGE) estabelecimentos agropecuários, (IBGE: 2010). A participação da capital goianiense no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de Goiás, no valor de R\$ 73.747.000.000,00 (2009), foi da ordem de R\$ 21.386.530,000,00. A educação goianiense contava, em 2009, com 62.642 (45.110 na rede pública) alunos matriculados no Ensino Médio, 152 (74 da rede pública) escolas em atividade e 3.133 docentes (2.019 na rede pública).

A Faculdade Delta pauta sua política educativa no sentido de consolidar sua missão como agente de inclusão social e cidadania, a política de ensino da Instituição e a ação pedagógica como agentes norteadoras das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na Instituição. A educação superior, nos termos da LDB da

Educação Nacional (Lei nº. 9394, de 20.12.1996), compreende os cursos tecnólogos, os cursos de graduação, de pós-graduação e de extensão. A missão da Faculdade Delta é preparar pessoas para o presente e para o futuro, qualificando profissionais éticos para o exercício pleno da cidadania e para o mercado de trabalho, por intermédio de uma educação avançada, visando o desenvolvimento técnico-científico, social e cultural da cidade de Goiânia, do Estado de Goiás e do Brasil, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da integração com a sociedade. A Faculdade Delta tem como visão a busca pelo desenvolvimento integral da personalidade humana, sua participação na obra do bem comum e o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio do conhecimento científico e tecnológico.

As características do ensino de graduação é generalista e pluralista. Por isso, a Faculdade admite que habilitações profissionais específicas se assente em sólidos conhecimentos fundamentais das diversas áreas do saber, relacionadas com cada profissão. Os perfis dos cursos de graduação, orientados por seus Projetos Pedagógicos, fundamentados neste Projeto de Desenvolvimento Institucional da Faculdade Delta, assegurando consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, favorecem a formação de profissionais com uma visão ampla e crítica da realidade regional, nacional e internacional, garantindo o estímulo à iniciação e à pesquisa científica, cultural e tecnológica, com vistas a uma ação transformadora da realidade e efetivo compromisso com um modelo sustentado de desenvolvimento da região Centro-Oeste. Em relação ao corpo docente, ao mesmo tempo em que se busca a titulação e a qualificação dos docentes, por meio de um Plano de Carreira, foram criados mecanismos que motivam a permanência, o comprometimento e o envolvimento institucional dos professores com a Faculdade.

A interiorização do ensino superior, responsável, também, pela democratização ao acesso e à produção do saber, na área de abrangência da Faculdade Delta, prioriza o seu sentido itinerante e o compromisso com a qualidade da educação. O acompanhamento dos egressos da Faculdade Delta constitui-se em uma ação permanente, de modo que se possa avaliar, por esta forma, a pertinência e a qualidade dos cursos ministrados pela Instituição. O processo de ensino valoriza o acervo cultural regional, aperfeiçoando e consolidando os padrões de comportamento, crenças, instituições e os valores espirituais e materiais da cidade de Goiânia, do Estado e do país. É fundamental, na consecução dos cursos superiores a adoção de mecanismos especiais que evitem a evasão e a repetência e que possibilitem os avanços dos

estudantes que demonstram efetiva competência acadêmica. Desta forma, a Faculdade Delta oferece cursos de apoio aos seus alunos, além das monitorias. A Faculdade Delta tem por finalidade:

- Formar profissionais em nível superior;
- Prestar serviços à comunidade sob forma de cursos e treinamentos, de consultorias e outras atividades de extensão;
- Incentivar o trabalho de pesquisa e de investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e à criação e difusão da cultura, para, desse modo, desenvolver o atendimento do homem e do seu meio;
- A promoção da divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos, que constituem patrimônio da humanidade, e da disseminação do saber por meio do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação;
- A promoção do permanente aperfeiçoamento cultural e profissional de forma a integrar os conhecimentos que vão sendo adquiridos em uma estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- O estímulo ao conhecimento e à crítica dos problemas contemporâneos, em particular dos nacionais e regionais, com vistas a suscitar uma relação de reciprocidade com a sociedade; e
- Colaborar para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, orientando para uma formação solidária, ética e profissional do corpo docente e discente da Instituição, nos diversos campos do conhecimento.

Para que a Faculdade Delta possa cumprir sua missão, os objetivos desta Instituição de Ensino Superior (IES) são:

- Incentivar o desenvolvimento cultural e científico;
- Formar profissionais em várias áreas de conhecimentos, preparando-os para participação no desenvolvimento e formação da sociedade;
- Proporcionar incentivos no trabalho de pesquisa científica e suas publicações em revistas e jornais, nacionais e internacionais, visando o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural da região;
- Estimular constantemente o aperfeiçoamento cultural e intelectual do corpo docente e acadêmico;
- Estabelecer vínculos com a sociedade civil e política com vistas à promoção do desenvolvimento socioeconômico e cultural da cidade, do Estado e do país;

- Conscientizar-se dos problemas do mundo, em particular os nacionais; prestar serviços à comunidade e firmar com este segmento uma relação de reciprocidade.
- Estimular a busca pelo conhecimento e à crítica dos problemas contemporâneos, em particular dos nacionais e regionais, com vistas a suscitar uma relação de reciprocidade com a sociedade; e Colaborar para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, orientando para uma formação solidária, ética e profissional do corpo docente e discente da instituição, nos diversos campos do conhecimento.

4. A CPA NA FACULDADE DELTA

A CPA na Faculdade Delta foi instituída no ano de 2008/1, logo na primeira turma com uma coordenação, dois representantes dos docentes e dois representantes dos discentes e um funcionário técnico administrativo todos estes eleitos por seus pares, bem como dois representantes da comunidade que tivessem interesse em participar. Desde o início foi realizado um manual próprio para a avaliação estabelecendo normas e organizações em relação à avaliação. Posteriormente foi discutido e elaborado o questionário que foi disponibilizado no *login* do aluno para acesso e preenchimento digital. Não sendo obrigatória a participação, mas sendo assegurada a confidencialidade do processo. Foram avaliados dez professores e três coordenadores. Sendo depois os resultados compartilhados com os representantes de cada turma e os atos lavrados em ata. A avaliação do professor é confidencial ao aluno servindo apenas aos processos internos de tomada de decisão. Desde o início até o presente momento todos os professores e coordenadores tem acesso a sua avaliação a fim de aprimorar sua prática.

Em 2008/2 a avaliação contou com mais um instrumento que foi a avaliação da estrutura física da instituição, o que aprimorou ainda mais a avaliação. Em 2009/1 a Faculdade já contava com dezoito professores e partir desse momento e que a CPA começa a demonstrar a importância das avaliações em 2009/2 a Faculdade começa a dar um salto e chegamos a ter sessenta professores, então os questionários da CPA funcionam a fim de respaldar e verificar as metodologias, didática, a utilização de recursos, a utilização adequada do tempo e outras características para garantir a qualidade das aulas.

Em 2010/1 foram criados outros mecanismos de avaliação, a fim de identificar os problemas antes do final do semestre foram criadas as ouvidorias. Caixas de reclamação anônimas espalhadas pela Faculdade em que todos pudessem ser ouvidos.

Também foi estabelecido um calendário de avaliações (Reuniões, Informações, Sensibilização, Discussões, Avaliação da CPA, Disponibilização dos Resultados aos Professores e Coordenadores, Discussão com os Representantes e Decisões Tomadas pela direção e representantes dos discentes e docentes). Assim a CPA começa a se inserir no cotidiano da Faculdade, sendo apresentada aos alunos no primeiro dia de aula, para que sempre que necessário eles possam recorrer a ela como instancia mediadora e neutra.

Em 2010/2 foram criados questionários sem identificação para que coordenadores, professores e técnicos administrativos respondessem questões referentes à organização administrativa da Faculdade e fizessem relatos sobre alguma situação específica, a fim de dar participação mais efetiva à todos nesse processo, e por meio da confrontação de dados para que o processo se mantenha ainda mais transparente e coeso.

No ano de 2011/1 foi criada a ouvidoria eletrônica para melhorar as comunicações e para que os alunos pudessem registrar suas impressões positivas e negativas, não sendo necessário se identificar. Em 2011/2 como os alunos se desinteressasse em participar da CPA, fazendo a avaliação dos professores e das instalações físicas. A comissão que participa da CPA decidiu certificar com 4 horas extracurriculares os alunos que efetivamente participassem. A decisão foi controversa pois feria o principio democrático, no entanto foi prevalecente. Em 2012/1 e 2012/2 houve um aumento significativo das participações.

No ano de 2013 houve uma reestruturação interna da CPA, mudança no padrão dos questionários e uma nova metodologia foram aplicadas. No ano de 2013 chegamos a cinco coordenações e cerca de oitenta professores assim os instrumentos foram revisados e de acordo com as mudanças internas foram discutidos e reformulados para uma melhor análise interna e avaliativa.

Durante todos esses anos a CPA fomentou as políticas internas da Instituição e serviu à Faculdade para radiografar o que ela tinha de positivo e negativo. Com o crescimento da Faculdade existe um equacionamento de problemas e um distanciamento dos professores dos órgãos gestores, e muito da ideologia da Faculdade vai se perdendo. A partir da análise realizada pela CPA é possível verificar os problemas e fomentar ações em prol da melhoria continua. Claro que não pode ser a única ferramenta a ser utilizada, em uma visão cartesiana e linear. E preciso levar em conta os processos paralelos, ler as entrelinhas, ouvir e entender. Fazer uma análise, critica e reflexiva.

Dialógica e Histórica. Discorrendo sobre todas as interfaces do processo que é complexo. Mas com certeza é uma ferramenta que auxilia os processos e que traz resultados positivos, se forem levados à sério, com transparência, lisura e sem medo de encarar os dados negativos e as críticas.

A comissão é formada de sujeitos e está adstrita ao seu papel e ao papel do gestor da Faculdade se eles negligenciam o valor da CPA, se não existe comprometimento, os dados podem ser manipulados para serem favoráveis e obedecer a política pública não trazendo qualquer benefício. Assim como se quem está à frente da comissão é autoritário, arbitrário e não aceita resultados negativos inclusive a sua autoavaliação os resultados podem ser comprometidos. A comissão não pode e nem deve ser homogênea é a democracia é a visão de lados diametralmente opostos que nos traz mais clareza sobre os assuntos. O processo avaliativo deve ser permanente, mas a comissão nem sempre, ela pode mudar de representantes, o que não pode mudar é o compromisso, a coesão, a organização os métodos e os procedimentos que dão segurança e confiabilidade ao processo. É possível que, pelo fato de a CPA ocupar um lugar específico na estrutura administrativa de uma IES, ela venha a ter sua autonomia comprometida, depende muito da visão dos gestores e do seu caráter.

A ligação da comissão à administração central da instituição de ensino superior não resulta na perda do caráter acadêmico, desde que seja assegurado a todas as pessoas o sigilo. E que haja uma preservação da CPA como instancia neutra, sem comprometimento com nenhum polo em questão. A CPA não deve estar sujeita a nenhum órgão, deve ser um observatório distante e descomprometido com qualquer das partes para reafirmar a lisura do processo.

A CPA juntamente com outros mecanismos avaliativos respalda a formulação de políticas no ensino superior. Ela é mais um dos instrumentos utilizados pelo governo para fiscalizar, equalizar e dimensionar a educação que se pretende promover.

5 METODOLOGIA

Inicialmente foi realizada a pesquisa bibliográfica por todas as fontes (lei, doutrinas, livros, fonte infométrica e demais) a fim de buscar todas as informações necessárias para fundamentação teórico do assunto ora abordado. Para Lakatos e Marconi, (2000) a pesquisa bibliográfica permite que o pesquisador entre em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto possibilitando assim o

reconhecimento dos aspectos principais que delimitam o tema. Pesquisa bibliográfica e estatística é aquela que possui enfoque na análise e na sistematização da informação considerada como a base e o insumo indispensável para os outros tipos de pesquisa e de tomada de decisões. Posteriormente foi realizada a pesquisa analítica descritiva que têm o objetivo primordial de observar o que ocorre dentro das IES e relatar as características das CPA(s), seu funcionamento, sua organização administrativa e demais características pertinentes. A pesquisa procura incrementar o acervo do conhecimento científico e o uso deste para conceber novas aplicações.

No presente estudo a metodologia de pesquisa qualitativa (DEMO, 1995), na qual foram aplicados questionários de retorno voluntário aos alunos das IES de ensino privado em Goiânia-Goiás desejando conhecer o grau de confiabilidade que eles possuem na CPA, também serão aplicados questionários aos coordenadores, professores e auxiliares técnicos administrativos das mesmas instituições. Para a elaboração deste questionário a metodologia empregada será a de pesquisa quantitativa/qualitativa com questionário de dez perguntas e roteiro previamente estruturado com perguntas fechadas. Posteriormente será iniciada a etapa descritiva por meio da observação sistemática dos fatos, fenômenos e processos envolvidos. Os questionários foram entregues nas instituições e ao final serão tabulados e discutidos os resultados e principais contribuições. A pesquisa quantitativa é mais adequada para apurar opiniões e atitudes explícitas e conscientes dos entrevistados, pois utilizam instrumentos estruturados nos questionários. Sendo representativos de um determinado universo de modo que seus dados possam ser generalizados e projetados para aquele universo. Seu objetivo é mensurar e permitir um levantamento para a aplicação dos questionários e para a tabulação dos dados de análise com o auxílio de ferramentas estatísticas.

6 RESULTADOS DA PESQUISA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo deseja contribuir na discussão no sentido de dar novos subsídios para uma melhor implantação das Comissões Próprias de Avaliação. Inclusive dando informações claras e objetivas aos anseios da sociedade que busca um ensino de qualidade, que não atenda somente ao mercado de trabalho, mas que forme cidadãos conscientes da sua participação na sociedade.

Deseja-se ainda melhorar por meio dos dados levantados a articulação da política nacional, buscando integrar todos os espaços para o melhor desenvolvimento das atividades acadêmicas, incorporando melhor os conteúdos ministrados.

REFERENCIAS BIBILOGRAFIAS

BRASIL. **Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995**. Alteram dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 25 nov. 1995.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996. p.27894.

BRASIL. **Ministério de Educação e do Desporto**. Planejamento político-estratégico: 1995/1998. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. **Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001**. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jul. 2001.

BRASIL. **Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997**. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e os arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2006.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília- DF, 2007.

BRASIL. **Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 28 fev. 2011.

BALZAN, N. C.; DIAS SOBRINHO, J. (orgs). **Avaliação institucional**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BELLONI, I.; MAGALHÃES, H.; SOUSA, L. C. **Metodologia de avaliação**: em políticas públicas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. **CONAES**. Diretrizes para a Avaliação das instituições de educação superior. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

CUNHA, L.A. **Nova reforma do ensino superior**: a lógica reconstruída. Cadernos de Pesquisa, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 101, p. 20-49, 1997. Educ. Soc.,

Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002, p. 275-298 297. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em: Janeiro de 2009.

DEMO, P. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1995.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

DIAS SOBRINHO, J. (org.). **Avaliação institucional da UNICAMP: processo, discussão e resultados**. Campinas: UNICAMP, 1994. □

DURHAM, E.R. **Subsídios para discussão de uma nova política para o ensino superior brasileiro**. Infocapes, Brasília, v. 4, n. 4, 1996.

GARIBA JUNIOR, Maurício. **Um modelo de avaliação de cursos superiores de tecnologia baseado na ferramenta Benchmarking**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2005.

GOMES, A.M. **O exame nacional de cursos como política de avaliação do ensino superior: origens, contrastes e sua importância na política estatal de regulação do ensino superior**. In: REUNIAO ANUAL DA ANPED, 24. 2001, Caxambu, MG. Anais... Caxambu, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. INEP. **Censo da Educação Superior**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/default.asp>>. Acesso em: 21 nov. 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

LEITE, Denise. **Reformas universitárias: avaliação institucional participativa**. Petrópolis: Vozes, 2005.

RISTOFF, Dilvo I. **Avaliação institucional: pensando princípios**. In: BALZAN, Newton Cesar ; DIAS SOBRINHO, José (Orgs). **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 37 - 51.

ROTHEN, José Carlos; SCHULZ, Almiro. **SINAES: do documento original à legislação**. 2007. Disponível em: < <http://anped.gov.br/reunioes/28/textos/gt11/gt1119int.doc> >. Acesso em : 18 mar. 07.

SAVIANI, D. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. Campinas: Autores Associados, 2000.

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR SINAES: **roteiro de auto-avaliação institucional 2004 - orientações gerais**. Brasília, DF: INEP, 2004.

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. **SINAES: bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior**. Brasília, DF: INEP, 2005.

SOBRINHO, José (Orgs). **Avaliação Institucional**: teoria e experiências. São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, P.R. **Por uma nova universidade**. Infocapes, Brasília, v. 4, n. 4, 1996.